A/I
PENAFIEL
Jan. /Dez. 2009
Ano 7 n.º 13
Anual

Tombo de Memórias

II Jornadas de Estudo sobre as Misericórdias

Workshop de Fotografia Cores de Outono

Feira Seiscentista

Editorial

Um ano mais, chega a nova edição do Tombo de Memórias! Desta vez, chega em formato digital, através do nosso sítio institucional www.cm-penafiel.pt.

Julgo que todos concordarão que devemos tirar partido das novas tecnologias e evitar papel, dando também, assim, o nosso contributo para um ambiente mais saudável e mais ecológico. A estes factores podemos e devemos acrescer ainda um outro que me parece não passar despercebido a ninguém: a crise económica. As instituições atravessam momentos difíceis e, portanto, há que fazer um esforço de contenção nos gastos. Deste modo, optamos por um meio de comunicação que está à distância de um *click* para todos os interessados, sendo totalmente gratuito e oferecendo ainda a possibilidade de guardar o ficheiro no computador e de o imprimir as vezes que forem necessárias.

Neste Tombo, rico em História, levamos o leitor a passear pela Rota do Românico, através de uma exposição de fotografia; mas também à Feira Quinhentista, realizada em Penafiel com um grande sucesso, aquando as comemorações dos 500 anos das Misericórdias. Também sobre estas, damos-lhe a conhecer as Jornadas realizadas, bem como a história da fundação da Misericórdia em Penafiel.

O nº 13 do Tombo vem repleto de histórias e memórias que o vão certamente deliciar e, no fim, daremos a conhecer um documento mais.

Acompanhe-nos neste passeio.

SUMÁRIO

Editorial 2
Nova Folium 3
Exposição de Fotografia "Rota do Românico" 6
No Arquivo com…Mestre António Pinto do Fundo 7
500 Anos – Misericórdia de Penafiel
Inventário do Acervo Documental da Santa Casa da Misericórdia de Penafiel 9
Feira Seiscentista 11
II Jornadas de Estudo sobre as Misericórdias 13
A Fundação da Misericórdia 16
Extensão Educativa 2009 26
"Cores de Outono"
Workshop de Fotografia "Cores de Outono" 30
Penafiel: A Revolução Liberal e o Poder Municipal 32
Arquiconfraria Santíssimo do Imaculado e Sagrado Coração de Maria 34
"Em tempo de recessão económica, as organizações precisam, mais do que nunca, de informação de qualidade 37
Conhece um documento… 38

Inventários *on-line*

A partir do mês de Janeiro de 2010, os inventários do Arquivo Municipal de Penafiel encontram-se disponíveis, para consulta, em formato PDF, no site da Câmara Municipal de Penafiel.

Pretendemos, desta forma, chegar a todos os públicos dando a conhecer os espólios documentais tratados pelo Arquivo Municipal.

Localize-nos em: www.cm-penafiel.pt

FICHA TÉCNICA

Director:
Alberto Santos, Presidente da Câmara Municipal de Penafiel

Redacção:
Sofia Fernandes

Composição Gráfica:
Arquivo Municipal de Penafiel

Colaboradores:
António do Fundo
Susana Oliveira

Fotos:
Arquivo Municipal de Penafiel

Fotos da Exposição de Fotografia:
Manuel Araújo
Luciana Cunha
Paula Marrana
Helena Sousa
José Braga-Amaral
Ana Lopes
Victor Ribeiro

Revisão:
Arquivo Municipal de Penafiel

Redacção e Administração:
Arquivo Municipal de Penafiel
Av. Soares de Moura,
Quelho das Castanhas
4560-493 PENAFIEL
Telef.: 255 214 267
Fax: 255 214 228
Email: arquivo.penafiel@cm-penafiel.pt

Propriedade:
Câmara Municipal de Penafiel / Arquivo Municipal de Penafiel

Nova *Folium*

No passado mês de Janeiro de 2009 foi lançada a revista Folium n.º2. Este projecto da Associação dos Amigos do Arquivo de Penafiel, com a estrita colaboração do Arquivo Municipal e o apoio da Câmara Municial, pretende alertar para a necessidade de diversificar os públicos dos Arquivos Municipais.

Estas instituições possuem dois grandes tipos de públicos, por um lado o próprio organismo produtor, a Câmara Municipal, que utiliza os seus arquivos como fonte probatória utilizando os documentos para o seu eficaz procedimento administrativo, por outro lado, na vertente de utentes externos encontramos em grande força os historiadores a trabalharem os arquivos procurando fontes históricas para os seus trabalhos.

Os arquivistas municipais conhecedores dos fundos que albergam sabem que a tipologia documental é muito diversificada e como tal pode tornar-se numa importante fonte de informação para variadíssimas áreas, diferentes das tradicionais, podendo e devendo colocar ao dispor de vários profissionais, informações pertinentes para o desenvolvimento e conhecimento das suas áreas, quer por défice de informação quer porque para esse facto não foram alertados ou por simples desconhecimento nunca se lembraram ou conheceram o potencial informativo contido nestes arquivos e que podia constituir forte de conhecimento nas suas áreas. Foi com o objectivo de constituir em grito de alerta para este factor que se criou a Folium em 2006.

Assim, a primeira Folium denominada "Quando os arquivos renascem da escrita", pretendia alertar os escritores, grupo este que já de alguns anos a esta parte tinha descoberto os acervos arquivísticos com agrado. Para efeito, basta concentrarmo-nos no

elevado número de romances históricos publicados recentemente, todos tendo por base a pesquisa histórica. A segunda "Folium" denominada "Nos Arquivos há magia com histórias de fantasia" pretendeu fazer exactamente o mesmo que a primeira desta vez dedicada à literatura infanto-juvenil. A terceira "Folium" referente ao ano de 2008 e lançada em Janeiro de 2009, pretendeu desta vez levar os documentos de arquivo aos artistas plásticos.

Se as primeiras "Folium" foram um sucesso, pelos factos de uma actividade desta por parte de um arquivo ser inédita, de ter havido uma pronta adesão por parte dos escritores, não foi contudo nova no aspecto literário pois as prateleiras das livrarias estão carregadas de exemplos de como os documentos antigos podem ser fonte de inspiração dos escritores.

Na "Folium" n.º 2 provou-se que os arquivos também podem inspirar artistas plásticos. A informação histórica pode-se tornar em arte, os próprios documentos, as letras, as tintas são arte também. Assim, ao distribuir 26 documentos de vários fundos depositados no arquivo por 26 artistas, conseguiu-se colocar igrejas, conventos, demandas, certificados a serem analisados e esmiuçados em paletas.

Os documentos que serviram de inspiração aos diversos pintores são variadíssimos indo desde o séc. XVI ao séc. XX, de tipologias tão diversas como as suas datas se não vejamos: "registos de descobertas de minas", "alvará régio", "cartas de curso", "descrições de capelas", "autos de investigação", entre muitos outros.

Dos 26 documentos e dos 26 artistas plásticos, alguns do concelho, outros de diversos locais, inclusive da Galiza surgiram 26 trabalhos com variadíssimos tamanhos formas e técnicas.

Estes trabalhos foram apresentados ao público em Janeiro, no Parque de Exposições, juntamente com o lançamento da "Folium", apoiada pela Delegação Regional da Cultura do Norte. Nos meses de Julho e Agosto, a exposição esteve patente em Lordelo, concelho de Paredes, na Fundação ALord e no mês de Janeiro de 2010 seguiu para Gondomar, onde ficara patente ao público na Biblioteca Municipal de Gondomar até 30 de Janeiro.

A "Folium" encontra-se à venda no Arquivo Municipal e Biblioteca Municipal de Penafiel, bem como no Posto de Turismo e os trabalhos também se encontram à venda, nos locais onde se encontra a exposição. Esta é itinerante e poderá ser solicitada ao Arquivo por qualquer instituição ou organismo público ou privado.

Os Artistas que colaboraram connosco foram:

António José Paixão; Basílio Calzado Dominguez; Belmiro Belém de Sousa; Cândida Mota; Carla Anjos; Concha Quadrado; Dina de Sousa; Fedra Santos; Fernando Morales; Francisco Iglesias Vieites; Graziela Teixeira da Mota; Helena Sousa; João Estrócio; João Marrocos; José A. Nunes; José Melo; Mafalda Maria Pinto Santos; Manuel Cabaleiro Lopes; Maria Georgina Nunes; Maria Luís Anileiro; Odete Marília; Ricardo Crista; Rita Melo; Sílvia Moreira; Teresa Melo e Zacarias Castro Gonzalez.

Este grupo extenso, primeiramente estranhou, mas rapidamente se empenhou neste projecto e das letras fez arte, explicando depois na revista numa memória descritiva o processo de inspiração e criação.

Exposição de Fotografia "Rota do Românico"

No passado dia 2 de Março foi inaugurada a exposição de fotografia "O Românico por Terras de Arrifana". Esta exposição surgiu na sequência da realização do Workshop de Fotografia " A Rota do Românico", levado a cabo pela Associação dos Amigos do Arquivo, em Abril de 2008, com o objectivo de dar a conhecer os monumentos mais importantes do Concelho a este nível, ao mesmo tempo que desenvolveram conhecimentos a nível de fotografia.

Fizeram parte deste percurso os seguintes monumentos: "Memorial da Ermida", em Irivo; "Igreja do Mosteiro de S. Salvador", em Paço de Sousa"; "Igreja de S. Miguel de Eja" , em Entre os Rios; "Igreja de S. Salvador", em Cabeça Santa; "Igreja de S. Gens", em Boelhe e por último a "Igreja de S. Pedro", em Abragão.

Para esta exposição foram seleccionadas duas imagens de cada participante, num total de vinte e quatro fotografias, que estiveram patentes ao público até ao dia 19 de Março.

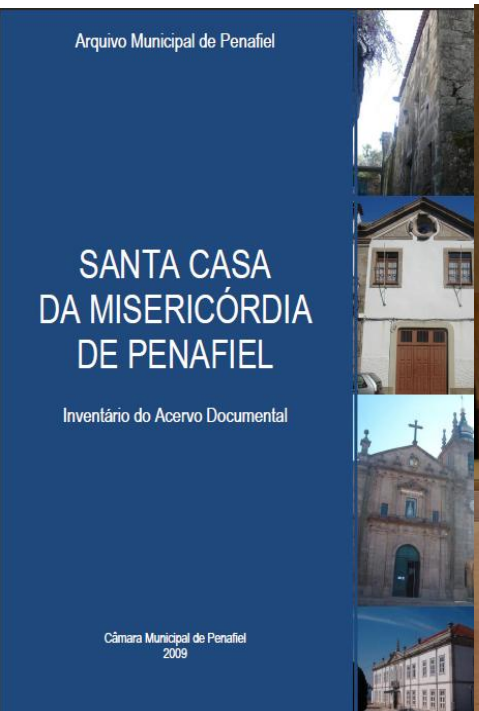
No Arquivo com… Mestre António do Fundo

No passado dia 20 de Março de 2009, pelas 21h30, integrado nas Comemorações dos 239 Anos da cidade de Penafiel, o Arquivo Municipal de Penafiel, levou a efeito mais um Arquivo com…, desta vez com o tema ***"O concelho de Penafiel no período de afirmação do Estado Liberal"***, proferido pelo Mestre António Pinto do Fundo.

O conferencista dissertou sobre a evolução do espaço territorial do concelho de Penafiel, da forma de organização do poder municipal, nos finais do Antigo Regime e das reformas administrativas levadas a efeito pelos liberais, a partir de 1820 até à Regeneração.

A conferência contou com a presença de inúmeros participantes, entre eles o Presidente da Câmara, Dr. Alberto Santos e do Vereador da Cultura, Dr. Rodrigo Lopes.

500 anos
Misericórdia de Penafiel



Inventário do Acervo Documental da Santa Casa da Misericórdia de Penafiel

No passado ano de 2009, comemoraram-se os 500 anos da Misericórdia de Penafiel, aos quais a Câmara Municipal se associou, apoiando as várias iniciativas levadas a cabo, nomeadamente através do seu Arquivo, detentor por depósito da documentação da Santa. Casa.

A sessão solene de Abertura das Comemorações, no dia 7 de Março, deu início às várias actividades realizadas entre Março e Outubro, sendo de salientar o dia 30 de Abril, pelas 21 horas, com o lançamento do Inventário da documentação da Misericórdia, no Arquivo Municipal.

A documentação da Santa Casa foi totalmente incorporada, em 24 de Fevereiro de 2000, no Arquivo Municipal, por contrato de depósito. Este fundo documental, bastante extenso, possui séries muito completas. Assim, optamos por um inventário que descrevesse a informação até ao nível da série ou subsérie, esperando que, dentro de pouco tempo, o possamos completar com catálogos, nomeadamente o Catálogo dos Termos e Acórdãos, que se encontra praticamente pronto, e o Catálogo dos Legados, permitindo, desta forma, uma recuperação exaustiva da documentação.

A elaboração deste inventário baseou-se num estudo aprofundado da história administrativa da Instituição, especialmente dos seus compromissos e estatutos para se poder entender a orgânica e a forma como a produção da documentação era efectuada, bem como os circuitos documentais.

Após esse estudo, optamos por um quadro orgânico-funcional, uma vez que, na generalidade dos casos, as funções vão-se mantendo. O quadro classificativo foi, assim, construído à posteriori, depois da análise da documentação da Santa Casa e de reconstruir as séries originais. Baseamo-nos nos quadros classificativos já existentes, nomeadamente, o quadro classificativo da Santa Casa de Vila Real e da Santa Casa de Viana do Castelo fazendo, contudo, as adaptações que se impunham pela sua história e características intrínsecas.

A aproximação do quadro classificativo, desta Irmandade, a alguns quadros classificativos já existentes, vem facilitar o estudo por parte dos inúmeros investigadores que se têm vindo a dedicar a estas Instituições que marcaram a caridade, assistência e a vida económica, sobretudo, no que respeita ao crédito na sociedade portuguesa e ultramarina.

Assim, este Arquivo espera que o Inventário publicado venha animar os historiadores para o estudo da mesma e, para que a própria instituição, reconheça a sua história, valências e os direitos que foi conquistando, pois o que se verifica, em muitos destes casos, é o desconhecimento profundo das suas tradições, permitindo, desta forma, um reconhecimento da sua identidade, possibilitando assumir mais fortemente as suas características recuperando, muitas vezes, actos ou valências perdidas no tempo.

Feira Seiscentista

A 16 de Maio, na continuação destas Comemorações, a Santa Casa, juntamente com a Câmara Municipal, através do seu Arquivo e com os alunos da Escola Secundária de Penafiel nº. 1, levaram a cabo a "Encenação da Misericórdia no séc. XVII".

Esta actividade teve por base, um estudo prévio da vida da Misericórdia nos finais do séc. XVII, bem como da interacção da mesma instituição com a comunidade. Desta forma, foram escolhidos vários momentos da vida da Santa Casa, momentos de enorme significado, e que englobam toda a comunidade de Arrifana, ao mesmo tempo que nas ruas envolventes à Igreja da Misericórdia, Praça Municipal, Rua da Misericórdia, Largo Padre Américo, Rua Dr. Joaquim Cotta, Largo da Ajuda e Rua do Paço, que se encontravam encerradas ao trânsito, foram palco de uma feira seiscentista, levada a cabo pelas turmas da Escola Secundária nº. 1 e por alguns artesãos do concelho.

Assim, tivemos bancas de venda de artesanato, produtos agrícolas, e bancos de alimentos ("tasquinhas"), evidentemente, só com produtos típicos da época.

Quer os artesãos quer os alunos vestiram-se à época, dando um colorido muito agradável ao acontecimento. Ao mesmo tempo, pedintes e pobres solicitavam ajuda aos nobres e oficiais que chegavam à Misericórdia, enquanto que jograis entretinham o povo.

A iniciativa começou às 14h30 m, e por volta das 15h, vários “irmãos nobres” e “irmãos oficiais” da Irmandade desciam a antiga Rua de Cimo de Vila, actual Alfredo Pereira, para o funeral de um irmão.

Os funerais da Santa Casa constituíam um momento de proximidade e presença obrigatória dos irmãos, podendo mesmo serem riscados da Irmandade, os faltosos. Os enterros eram a altura em que a instituição se unia, para mostrar à comunidade, o seu peso e as elites que a constituíam.

Desta forma, vários figurantes se juntaram, descendo a Alfredo Pereira para assistirem ao funeral de um irmão, numa simulação do que se passaria na época. Vários professores da escola, representando a mesa da irmandade, com o seu provedor, escrivão, irmãos, juntamente com os capelães (representados por alunos) que se dirigiram ao Museu, simulando uma casa particular, para trazer o irmão defunto até à Igreja da Misericórdia onde foi representado ofício de corpo presente.

Seguidamente, encenou-se a eleição da mesa, com todos os rituais normais da época, leitura dos estatutos e votação, por favas brancas e negras, bem como petição das órfãs e casamento das órfãs. É de salientar, que uma das obras de misericórdia, relevantes em Penafiel, era a dotação de órfãs para casarem. Assim, jovens entre os 16 e os 30 anos, solteiras, de boa reputação e órfãs de pai podiam candidatar-se a um dote, deixado por

legado de um benemérito que, desta forma, lhes possibilitava o casamento, única via possível de futuro, a par com o Recolhimento, numa ordem religiosa que lhes permitia segurança.

A par destas encenações, a Academia de Dança do Vale do Sousa, juntamente com o Grupo de Música Antiga de Paredes, animaram o antigo Largo das Chãs com as suas actuações, encenando, a Academia, ao som da música, várias danças da época. O dia terminou com uma encenação da distribuição da sopa dos pobres.

Apesar de o tempo não ter ajudado muito, esta iniciativa trouxe centenas de pessoas ao centro da cidade, servindo, deste modo, para mostrar a importância destas instituições e a vivência seiscentista.

Para além das várias iniciativas levadas a cabo todos os meses, no dia 30 de Outubro procedeu-se ao lançamento do livro "Misericórdia de Penafiel 500 anos – Um baluarte histórico-cultural", da co-autoria de José Carlos Meneses, Manuel Tedim, Isabel Beça Garcia e Paula Sofia Fernandes.

Assim, o 1º. capítulo é dedicado à fundação e consolidação da Misericórdia , o 2º. Capítulo a "As Igrejas da Misericórdia de Penafiel – Um percurso arquitectónico"; o 3º. Capítulo o Concílio de Trento e a actividade mecenática da Misericórdia da Misericórdia; o 4º. Capitulo A Imaginária religiosa das igrejas da Misericórdia e de Santo António dos Capuchos. Este livro veio preencher um vazio de informação sobre esta Instituição.

II Jornadas sobre as Misericórdias – "As Misericórdias Quinhentistas"

A 21 de Maio de 2009, no Auditório Municipal de Penafiel, a Câmara Municipal, através do seu Arquivo, levou a cabo as II Jornadas de Estudo sobre as Misericórdias intitulada *"As Misericórdias Quinhentistas"*. Pretendeu-se, desta forma, associarmo-nos às Comemorações dos 500 anos, trazendo a Penafiel um grande leque de investigadores, que têm desenvolvido um importante trabalho no estudo destas instituições, relevantes para a história da caridade e da pobreza em Portugal.

Assim, num primeiro painel, moderado pelo Mestre António do Fundo, tivemos três comunicações, sendo a primeira a da Professora Doutora Isabel dos Guimarães Sá, com o título *"A fundação das Misericórdias e a Rainha D. Leonor (1458-1525): uma reavaliação";* a Professora Doutora Maria Marta Lobo de Araújo com o título: *"As Misericórdias Quinhentistas do senhorio da Casa de Bragança"* e o Professor Doutor Francisco Ribeiro da Silva com a denominação: *"O "Compromisso" - guia e aferição da actividade das Misericórdias"*. Este painel foi de grande interesse para todos e muito importante para os estudiosos da área.

O segundo painel, moderado pela Dr.ª Paula Sofia Fernandes, contou com a presença do Dr. Francisco d'Orey Manoel e do Dr. Nelson Moreira Antão, que nos deram uma visão do Arquivo da Santa Casa de Lisboa e da importância do seu acervo, apontando várias linhas de investigação possíveis de trilhar a partir do seu estudo, sendo o título da mesma *"Para além dos silêncios do arquivo: o acervo da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e a investigação historiográfica"* e ainda, neste painel, o Professor Doutor Vítor Gomes Teixeira com o título *"Iconografia quinhentista da Misericórdia no Mundo Português"*.

O último painel, moderado pelo Dr. Rodrigo Lopes, contou com três oradores: o Professor Doutor José Ferrão Afonso com *"A igreja da Misericórdia de Penafiel e a Tipologia Arquitectónica das Misericórdias de Entre Douro e Minho"*; o Mestre Baltasar Soares Neves com a *"Misericórdia da Ribeira Grande e Cabo Verde (1555-1834): caridade, missão poder e controlo social"*; o Professor Doutor António Magalhães com *"A Santa Casa da Misericórdia de Viana da Foz do Lima no séc. XVI"*.

Estes painéis mostraram-nos os vários trabalhos realizados, que demonstram o papel essencial, destas instituições, na assistência aos pobres e doentes, no estudo da pobreza e das mulheres, bem como, a vivência da religiosidade e da forma de encarar a morte, não descurando a sua vertente económica, como entidades creditícias, importante no formato económico das localidades, bem como a sua relevância cultural como difusoras e promotoras da arte.

Destas jornadas, surgiram as actas, importantes para a comunidade científica que serão lançadas no mês de Janeiro.

A fundação da Misericórdia

A fundação da Misericórdia de Penafiel encontra-se envolta em mistério. Se durante séculos, a Santa Casa sempre afirmou, mesmo perante o poder régio, que se tinha fundado em 1509 por compromisso autêntico, guardado no cartório da Casa, e que mesmo antes dessa data já se encontrava na posse pacífica da mesma, a ausência total de documentos do século XVI colocam-nos várias dúvidas.

O acervo documental da Santa Casa inicia-se em 1613 e atravessa os séculos até aos dias de hoje, não sendo conhecido na actualidade um único documento da Misericórdia relativo ao período de 1509-1613, uma vez que a chancelaria régia também não possui nenhuma referência à Arrifana nesta data. Com pequenas lacunas temporais de meia dúzia de anos em algumas séries, mas facilmente substituídas por outras, com informação equiparada, a documentação da Santa Casa inicia-se em 1613 até 2002, tendo desaparecido ou encontrando-se em lugar por nós desconhecido, a documentação anterior a este período.

A simples análise arquivística do fluxo documental e a datação do mesmo poderia levar-nos a concluir que estávamos perante uma instituição seiscentista, mas a massa documental produzida no século XVII nesta Misericórdia é bastante grande para uma instituição que estivesse a desabrochar, uma vez que para este século encontramos já várias séries, vejamos: alvarás e regalias; compromissos; actas; termos e acórdãos; termos de entrada e aceitação de irmãos; autos cíveis de contas; receitas e despesas; receitas e despesas do irmão tesoureiro; receitas e despesas do irmão da bolsa; receitas e despesas do celeiro; receitas; rendas e mamposteiros; foros; relação de foros e foreiros; registos de legados; pagas e quitações de legados; inventários gerais; inventários do cartório; contratos da Santa Casa; vestidorias dos pobres e missas.

Dos vários arquivos que temos estudado, desde arquivos de ordens religiosas, confrarias, municipais e familiares, nos primórdios da sua instituição, a desorganização administrativa e financeira, normais do início da actividade, são visíveis no cartório, sucedendo-se livros mistos que servem para registos de várias tipos de actividades, primeiro, porque as funções não estão bem delimitadas, segundo, porque sendo a administração incipiente, o volume financeiro e de informação é pequeno, não se justificando a utilização de vários livros para temas diferentes. Além do mais, estando no

início, ainda não teria grande poderio económico, portanto há que reaproveitar o papel, o pergaminho e o couro, que nos séculos XVI e XVII, em Arrifana, deviam ser caros e não existiam em grandes quantidades. Também assinalamos que as séries relativas à administração financeira são várias, o que demonstra uma grande tentativa de organização financeira, que só se poderia verificar numa instituição já com bastantes anos de vida e não numa instituição recém-nascida.

Nenhuma instituição embrionária ou no período da sua fundação, divide as receitas e despesas por várias proveniências e ao cargo de vários responsáveis distintos, o que nos demonstra, também, que no século XVII já havia uma grande dinâmica a nível económico, o que se comprova no decorrer desse século, início do seguinte, um desenvolvimento que só se adquire com os anos.

O desaparecimento de cem anos de informação coloca-nos numa posição de extrema dificuldade para datar a sua génese, assim, após a análise geral do seu arquivo, tornou-se necessário o estudo aprofundado dos documentos mais antigos que chegaram até nós, bem como dos estudos que sobre o tema já tinham sido efectuados.

COMPROMISSO
DA
MISERICORDIA
DE
ARRIFANA DE SOUSA,
Impreſſo no Anno de 1697.

Accreſcentado com a Noviſſima Confirmaçaõ de Sua Mageſtade Fideliſſima de 8. de Outubro de 1787.

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE PENAFIEL

PORTO,
Na Officina de ANTONIO ALVARES RIBEIRO,
Anno de 1788.
Com licença da Real Meza da Commiſſaõ Geral ſobre o Exame, e Cenſura dos livros.

Arquivo Municipal. Fundo da Santa Casa da Misericórdia. [Compromisso da Misericórdia de Arrifana de Sousa, 1697].
Fotografia – Luciana Cunha/Joana Ribeiro/Sofia Fernandes, 2009.

No amanhecer de quinhentos, em Arrifana de Sousa[1], para alguns cronistas do século XVIII[2] possuía a capela do Espírito Santo onde se dizia missa alternadamente, tendo funções de Matriz. Contudo, para outros historiadores, como Teresa Soeiro[3], a sede da freguesia era na antiga igreja de Moazeres e só em meados desse século se transferiu para a Matriz, acabada de construir junto à capela do Espírito Santo, em Arrifana, e só nessa altura a freguesia adoptou a designação de S. Martinho de Arrifana de Sousa.

O primeiro compromisso da Misericórdia de que temos conhecimento, aprovado interinamente e pelo monarca em 1653 e impresso em 1697, faz uma descrição da criação e fundação da mesma[4]. Nele, o escrivão depois de fazer uma descrição do alvará régio que ordena a fundação de uma Misericórdia no Porto, acrescenta que a criação da Misericórdia de Arrifana se deveu à vontade de um grupo de homens desta localidade em levar a cabo os desejos do Monarca de estabelecer este tipo de confraria, nas vilas e lugares nobres do Reino. Não partindo assim, de um alvará régio de criação, mas dos desejos régios de ver esta instituição expandir-se e da vontade dos moradores desta localidade em participarem nesse intuito, conseguindo desta forma afirmar Arrifana, catapultando-a para junto de todas as vilas e lugares que se assumiam como cumpridoras das ordens régias, valorizando-se junto da cidade do Porto, e ao mesmo tempo, distanciando-se desta por força das regalias que adviriam, por pertencerem a uma régia instituição.

Desta forma, a Misericórdia foi criada em 1509, numa capela de invocação da Nossa Senhora das Dores, na rua Direita, do lugar de Arrifana, em frente à Matriz e possuía já anexada à mesma um hospital para se recolherem e curarem os enfermos[5], estando já dotada de compromisso, no qual fazia menção a que tinha sido erecta anteriormente a essa data, sendo por isso coeva da do Porto[6].

O desaparecimento de cartórios deste período é perfeitamente normal e resultado do fluir dos tempos e da perenidade dos suportes da informação, acentuados pelas circunstâncias dos cartórios da época, muitas vezes colocados em habitações com elevadas humidades relativas, oscilações térmicas, sujeitos aos ataques de pragas de xilófagos, provocando danos irreversíveis na perda de informação, a que não fugiu todo o país, nem

[1] Penafiel, antes de ser elevada a cidade denominava-se Arrifana de Sousa, tomando o nome de cidade de Penafiel, após alvará régio de 3/3/1770.
[2] PT/AMPNF/C.SS.S/Lv.01, fl.s 3-4.
[3] SOEIRO, Teresa – *Penafiel*. Lisboa: Editorial Presença, 1994.p. 27
[4] PT/AMPNF/SCMP/A/A/002/Lv.1,fl.s 22-24. Sob o titulo "Creaçam da Confraria e Irmandade de Nossa Senhora da Misericórdia do lugar da Rifana de Sousa, do termo da cidade do Porto".
[5] PT/AMPNF/SCMP/A/A/002/Lv.01,fl. 23.
[6] De referir, que o compromisso de 1509 não chegou até nós. Os historiadores do século XX que estudaram a misericórdia, já referiam que o mesmo teria desaparecido.

sequer as chancelarias régias. Estes factores, foram ainda agravados por períodos conturbados, como as invasões francesas e as lutas liberais, que em Penafiel também se fizeram sentir, sobretudo as primeiras, com perdas significativas de bens na Misericórdia e outras instituições[7].

Desta forma, restam-nos as transcrições e referências ao acervo feitas pelos escrivães e cartorários da instituição que ainda privaram com esses documentos, apesar de muitas vezes, ser notório alguns exageros para valorização, quer das instituições e localidades, quer dos seus intervenientes, faltando por isso o necessário rigor histórico.

O escrivão do compromisso publicado em 1697 refere, até para justificar a criação do mesmo, que em 1568, a Santa Casa se governava por "estatutos approvados nos quaes ouve, pelo tempo adiante muitas addiçõens, e variedades que fazião grande confusão no governo"[8], não nos sendo possível saber se os estatutos referidos foram elaborados para Arrifana ou se estes se baseavam no compromisso de Lisboa, como muitas outras Misericórdias pelo país inteiro, que utilizavam o compromisso de Lisboa, como base mestra para o seu governo com as adaptações necessárias, o que aliás, sabemos que vai acontecer em Arrifana para o mesmo periodo, como veremos adiante.

Para além deste compromisso impresso em 1697, que nos descreve a fundação, existiu outro livro também fundamental para este período que, contudo, não chegou até nós, tendo sido transcrito por António Sousa, nos "Anais da Santa Casa da Misericórdia de Penafiel", em 1982, no artigo intitulado "Um livro de Índices da Misericórdia"[9]. Segundo a referida transcrição, o escrivão da altura era o padre João Ferreira, homem culto que se teria ocupado na reorganização e estudo do Cartório da casa, lamentando-se já no século XVII, pelo desaparecimento e mau estado da documentação relativa ao período imediato à sua fundação. Nesse mesmo documento, o escrivão seiscentista, queixa-se da existência de vários livros mistos que dificultavam a percepção da organização, tomando a seu cargo a realização de inventários, mostradores e índices alfabéticos, bem como a criação de vários livros, cada um com a sua função distinta, criando regras a seguir no futuro.

O padre João Ferreira descreve-nos a fundação em 1509, tal como se encontra no compromisso já referido, aprofundando mais a descrição, referindo que a confraria na

[7] PT/AMPNF/SCMP/A/B/A/001/01/Lv.04, fl. 107.
[8] PT/AMPNF/SCMP/A/A/002/Lv.1,fl. 24.
[9] SOUSA, António de – *Um livro de Índices da Misericórdia de Penafiel.* "Anais da Santa Casa da Misericórdia de Penafiel." Penafiel: Santa Casa da Misericórdia, 1983, pp.22-23. Neste documento encontra-se a transcrição do livro de "Índex dos libros da Casa e cousa nelles conteudas, com data de 1642", 62 fólios, livro este que não foi incorporado no Arquivo e não conseguimos encontrar.

centúria de quinhentos tinha poucos irmãos, o que é normal, pois mesmo o Porto, nos primeiros vinte anos dessa centúria vivia com muitas dificuldades, havendo poucas pessoas a devotarem-se à mesma[10]. Aliás, no Porto segundo o mesmo autor, passa-se essencialmente o mesmo. Se muitos historiadores apontam a fundação da Misericórdia em 1499, o primeiro documento a falar da Santa Casa data de 12 de Junho de 1503, o que leva o autor a afirmar "que muito obscura e cheia de incertezas deve ter sido a vida da instituição nesses primeiros anos, não só por não terem ficado vestígios da sua acção, mas principalmente porque ainda no citado documento de 1503 se previa até a hipótese da Misericórdia se desfazer"[11].

Também a Misericórdia de Arrifana deveria ter tido um período muito difícil entre 1509 e 1568. Acreditando no escrivão de 1641-42 os irmãos eram muito poucos, aliás, basta recordar o número de habitantes da vila que Teresa Soeiro refere para a época[12].

As falhas documentais e o mau estado do arquivo que retratava a fundação da Santa Casa de Arrifana, não permitiram, em 1641-42, tirar grandes ilações, contudo, o referido escrivão avança a data de Janeiro de 1509 como o momento de erecção da mesma, provavelmente a data do compromisso assinado e aprovado, o que já demonstrava que há alguns anos, um grupo de homens estaria a trabalhar para na capela de Nossa Senhora das Dores e hospital anexo, implementar a jovem confraria que constituía moda no reino, para ajudar os outros e salvar almas do purgatório.

Todavia, e mais uma vez baseando-nos no documento, transcrito nos Anais[13], datado de 1642, esta confraria com compromisso assinado e aprovado, não funcionava propriamente como as demais, uma vez que era regida por "mordomos obrigados a darem conta aos Juízes da Confraria Geral até aos anos de 1568"[14], deduzindo-se assim que não haveria propriamente provedores, Mesa e eleições como em todas as outras.

Mas, o desejo destes homens foi afirmar a Misericórdia de Arrifana, como a sua congénere do Porto e, em 1568, obtiveram novos estatutos, desta vez aprovados pelo provedor da Comarca[15]. Este funcionário régio isentou a dita irmandade da "jurisdição dos

---

[10] BASTO, A. de Magalhães – *História da Santa Casa do Porto*, 2.ª Edição. vol. I Porto: Santa Casa da Misericórdia do Porto, 1997, p. 234.
[11] BASTO, A. de Magalhães – *História da Santa Casa do Porto*, 2.ª Edição…. vol. I, p. 167
[12] SOEIRO, Teresa – *Penafiel*. Lisboa: Editorial Presença, 1994. p. 26
[13] SOUSA, António de – *Um livro de Índices da Misericórdia de Penafiel.* "Anais da Santa Casa da Misericórdia de Penafiel." Penafiel: Santa Casa da Misericórdia, 1983, pp. 25-27.
[14] SOUSA, António de – *Um livro de Índices da Misericórdia de Penafiel.* "Anais da Santa Casa da Misericórdia de Penafiel." Penafiel: Santa Casa da Misericórdia, 1983, pp.25-27. No que concerne à referência a confraria geral não nos foi possível até à presente data saber a que confraria se refere.
[15] Infelizmente também não foi possível encontrar a documentação da provedoria para esta fase.

Juízes"[16], começando, segundo o padre João Ferreira, finalmente a "governar como verdadeira Irmandade da Misericórdia elegendo cada ano um provedor, escrivão, e procurador"[17].

O já referido padre João Ferreira, deu assim uma grande importância à Santa Casa, após o ano de 1568, pois foi a partir daqui que o mesmo detectou uma orgânica típica destas instituições, mais semelhante ao período em que viveu, tendo começado a organizar a documentação posterior a essa data, não tendo dado grande relevância, nem aprofundado o estudo no que se refere aos livros mistos anteriores.

A partir de 1568, a Misericórdia ganhou assim novo fôlego. Havia agora que obter a confirmação régia.

Uma carta da Misericórdia do Porto, existente no Arquivo Municipal de Penafiel[18], fornece-nos informações importantes no que respeita ao processo difícil e moroso de obtenção, por parte da Santa Casa de Arrifana, da aprovação régia. A referida carta portuense, não estando datada, possui no entanto, a assinatura do seu provedor, o que nos permite apontar a data da mesma para o período que vai de 2/7/1596 a 2/7/1597, altura em que o provedor António Pereira de Vasconcelos, autor da mesma, se encontrava em exercício[19].

Assim, inquirida a Misericórdia do Porto pelas autoridades régias sobre a pretensão dos moradores de Arrifana de instituírem essa confraria na sua localidade, mostrou-se receosa e apelou ao Rei que não o permitisse, pois prejudicaria a Santa Casa portuense, e consequentemente o grande número de pobres que a mesma provia. Estas despesas, eram pagas com as esmolas que provinham do termo do Porto e, essencialmente, das freguesias do concelho de Penafiel, Porto Carreiro, Douro e parte de Aguiar de Sousa. Obviamente, se fosse instituída essa confraria em Arrifana de Sousa, estas esmolas seriam canalizadas para aí, ficando o Porto prejudicado nas suas receitas, o que aliás, segundo o referido documento já se fazia sentir no final do século XVI. Assim, o Porto apelava ao Rei enumerando vários factores, que vão desde as suas dificuldades económicas, passando pelos inúmeros pobres que assistia, como também desvalorizando Arrifana, localidade pequena e do seu termo, sem presos nem pobres envergonhados que sustentar, alegando

[16] SOUSA, António de – *Um livro de Índices da Misericórdia de Penafiel.* "Anais da Santa Casa da Misericórdia de Penafiel." …pp. 25-27.
[17] SOUSA, António de – *Um livro de Índices da Misericórdia de Penafiel.* "Anais da Santa Casa da Misericórdia de Penafiel."…, pp. 25-27.
[18] AMP, D-26, documentação notarial diversa, 1596-1866. Este documento encontra-se no fundo da Câmara Municipal de Penafiel.
[19] Veja-se listagem de provedores da Misericórdia do Porto, in BASTO, A. de Magalhães – *História da Santa Casa do Porto*, 2.ª Edição..., vol. III, pp. 123-125

que se neste local havia pobreza eram pedintes e como tal não dignos da caridade típica destas instituições, cuidando o Porto de todos os necessitados da cidade e seu termo. É interessante ressalvar que o referido provedor argumentou que este desejo só se deve ao facto de pretenderem as benesses que adviriam para os homens de Arrifana por pertencerem a uma confraria de imediata protecção régia, eximindo-se dos encargos do concelho e de irem servir ao Porto quando eram chamados, sendo portanto uma forma dos mesmos ascenderem socialmente e não de altruísmo e benesse pelo próximo[20].

Quelho do Abade. [Imagem do suposto primeiro hospital de Arrifana de Sousa].

Fotografia – Luciana Cunha/Joana Ribeiro/Sofia Fernandes, 2009.

A luta entre a Misericórdia do Porto e as pretensões da Misericórdia de Arrifana foram árduas e duraram anos, dando mesmo lugar a uma demanda entre as duas[21]. Esta oposição do Porto é mais do que normal para uma instituição que vivia um período de crise, como

[20] AMP, D-26, documentação notarial diversa, 1596-1866.
[21] Não foi possível conhecer o conteúdo dessa demanda, que no entanto é referida no documento supra citado.

nos demonstra Magalhães Basto. Todas as esmolas eram necessárias e o Porto havia perdido Zurara, Amarante e não podia perder Arrifana.

A demanda entre as duas instituições arrastou-se provavelmente durante anos, apesar de Magalhães Basto nunca o referir. A Misericórdia de Arrifana devia ter esmorecido as suas vontades face ao poder e oposição do Porto e dessa forma funcionar de 1509 a 1568, só com mordomos e prestando contas a outra confraria.

Arrifana alegava estar de "há muitos anos de posse"[22], mas quando o Porto a intimidava, Arrifana argumentava que não tinha Casa de Misericórdia "como consta dos autos que estão processados"[23].

Assim, tudo nos leva a crer que se implementou a mesma, num hospital já existente, fundando uma espécie de confraria com pretensões de ser misericórdia e que a luta para alcançar esse título durou anos, contando com a oposição do Porto, mas indo aos poucos ganhando força e meios económicos para vencer os seus intentos.

Muitos são os autores que colocam a Santa Casa de Arrifana como fundada em 1509, nomeadamente, Carlos Dinis da Fonseca[24], Maria de Fátima Vila Pouca dos Santos e Cunha[25], entre outros. Maria de Fátima Cunha, na obra citada, transcreve um documento existente no Arquivo da Biblioteca Apostólica do Vaticano, copiado no "Rerum Lusitanicalum" uma das colecções de manuscritos da Biblioteca da Ajuda, em que num documento da Santa Casa de Arrifana de 15 de Janeiro de 1683, a mesma refere já existir há mais de cem anos.

A necessidade dos moradores de Arrifana de afirmarem o seu hospital como misericórdia, aproveitando a carta do rei D. Manuel ao Porto, é normal à época, pois tal como nos diz Laurinda Abreu "desde meados de Quinhentos que a existência de uma Misericórdia era encarada com uma espécie de certificado de desenvolvimento de uma povoação e, em simultâneo, sinónimo de poder e de alguma autonomia por parte de determinados grupos"[26].

Contudo, o processo leva exactamente por isso a demoras significativas na implantação das mesmas e na sua afirmação, até porque colidem com os interesses das Misericórdias vizinhas, sobretudo no que concerne à sua sustentabilidade económica. Na

[22] AMP, D-26, documentação notarial diversa, 1596-1866.
[23] AMP, D-26, documentação notarial diversa, 1596-1866.
[24] FONSECA, Carlos Dinis da – *História e actualidade das Misericórdias*. Mem Martins: Editorial Inquérito, 1996, p. 113.
[25] CUNHA, Maria de Fátima Vila Pouca dos Santos e – *Um manuscrito sobre a Misericórdia de Arrifana*. "Penha-Fidelis". Penafiel: Câmara Municipal de Penafiel, Boletim da Comissão Municipal de Cultura de Penafiel, n.º 2, 1964, p. 57.
[26] ABREU, Laurinda – *As Misericórdias de D. Filipe I a D. João V. in Paiva, José Pedro (coordenador científico) "*Portugaliae Monumenta Misericordiarum ". Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, União das Misericórdias Portuguesas, Vol. I, p. 47.

obra citada, Laurinda Abreu, evocando o exemplo de Penafiel, refere que muitas destas irmandades "encaravam as novas confrarias como concorrentes, responsabilizando-as por perdas económicas e sociais e até de influência e poder negocial junto ao monarca"[27].

A dificuldade em proceder ao estudo dos inícios de actividade destas irmandades, por falhas documentais, verifica-se um pouco por todo o país. Marta Lobo Araújo, fala-nos por exemplo de Monção, à qual também não foi tarefa fácil atribuir a data da sua erecção, embora alguns investigadores a tenham atribuído a D. Manuel I, mas segundo a mesma autora nem o seu arquivo nem os arquivos centrais permitem chegar a essa conclusão[28], sendo estas situações quase sistemáticas, para as Misericórdias mais antigas.

Engana-se também quem pensa que as chancelarias régias nos vão permitir responder a algumas das questões, pois tal como refere Isabel Sá, a documentação hoje existente apresenta apenas uma pequena parte da documentação que teria sido produzida, pois também este arquivo sofreu várias lapidações ao longo dos tempos[29], o mesmo acontecendo com Penafiel.

Das Misericórdias apontadas na chancelaria de D. Manuel e citadas pela mesma obra, não aparece Arrifana o que não quer dizer que ela não existisse. No reinado de D. João III surge, por exemplo, Amarante, relativamente perto de Arrifana, mas já a uma distância considerável do Porto e que mesmo assim sofreu algumas vicissitudes com esta Misericórdia, até ao estabelecimento de um acordo entre ambas, em 20 de Abril de 1530[30].

Entre 1557-1580, segundo Isabel Sá, muitas novas Misericórdias surgem nas chancelarias, muitas delas bem perto de Lisboa, por exemplo, Almada, Alvalade, contrariando assim as pretensões do Porto de que não deveriam haver Misericórdias muito próximas umas das outras. Também é importante referir que grande parte destas Misericórdias surgem sem hospitais, e só mais tarde, com autorização régia, os anexam (Barcelos, Porto, Viana do Lima, Vila da Praia), ao contrário de Arrifana que nasceu de um hospital já existente, baseando provavelmente a sua prestação nos primórdios, ao socorro dos enfermos, pois tal como dizia o documento portuense, nem presos tinha para socorrer.

---

[27] ABREU, Laurinda – *As Misericórdias de D. Filipe I a D. João V. in Paiva, José Pedro (coordenador científico) "*Portugaliae Monumenta Misericordiarum". …, Vol. I, p. 49.

[28] ARAÚJO, Maria Marta Lobo de – *Poderes familiares na Misericórdia de Monção ao longo do séc.XVIII* [consultado em 16 de Abril de 2009]. Disponível em http://www.ugr.es/~adeh/comunicaciones/lobo.m.pdf.

[29] SÁ, Isabel dos Guimarães – *As Misericórdias da fundação à União Dinástica.* In Paiva, José Pedro "Portugaliae Monumenta Misericordiarum". …, Vol. I, p. 19. A referida autora mostra exemplos como: "Lagos, Évora ou Viana revelaram possuir muito mais documentos de proveniência régia do que os se lhes referem actualmente nos volumes conservados na Torre do Tombo".

[30] BASTO, A. de Magalhães – *História da Santa Casa do Porto*, 2.ª Edição. …, vol. I, p. 359.

É relevante, também, verificar que grande parte das irmandades surgem da vontade dos moradores locais, ao que se seguiam petições para darem origem à confirmação régia. Ora, as petições da Santa Casa de Arrifana, do século XVI, não chegaram até nós, mas existiram[31]. Magalhães Bastos nada refere sobre a contenda entre as duas, o que nos leva a crer que também esses documentos se perderam no Porto e desta forma, só temos até ao momento testemunho da resposta do Rei no século XVII, por alvará de D. Filipe II de 30 de Janeiro de 1614. O que é normal, uma vez que as localidades com grande número de diplomas régios, são segundo Isabel dos Guimarães Sá, aquelas onde o monarca residiu[32].

Outro factor importante e que nos leva a constatar e apontar a sua criação no inicio do século XVI é o facto da Misericórdia de Arrifana ter recebido na primeira metade do século XVII, vários legados provenientes de naturais da zona, mas falecidos no Brasil, alguns deles de avultado valor. Ora, como é óbvio, legados em troca de inúmeras missas, que permitiriam salvar suas almas do purgatório. Os mesmos, só poderiam ter sido deixados por pessoas que, mesmo ausentes, do outro lado do oceano, tinham a certeza que a Santa Casa auferia de poder suficiente para os fazer cumprir e já tinham conhecimento da mesma.

Se porventura algum interesse houve em fazer crer à Coroa que se encontrava na posse pacífica da irmandade há muitos anos, e terem criado factos inexistentes, o documento do Porto de 1596-97 e o número de livros de contas, existentes no inventário de 1642, que nos descreve os mesmos, datando o terceiro livro de 1589-1614, e que o mesmo para além de contas possuía termos de eleição[33], comprovam a sua existência. Este documento não chegou até nós, mas é fácil deduzir a antiguidade da mesma, se verificarmos que o livro de contas iniciado em 1589 já era o terceiro, bem como a diversidade do arquivo no alvorecer de seiscentos, a descrição da fundação existente no compromisso impresso em 1697, provam que com o título de Misericórdia ou sem ele, alguns irmãos tentavam cumprir algumas das obras de misericórdia na centúria de quinhentos.

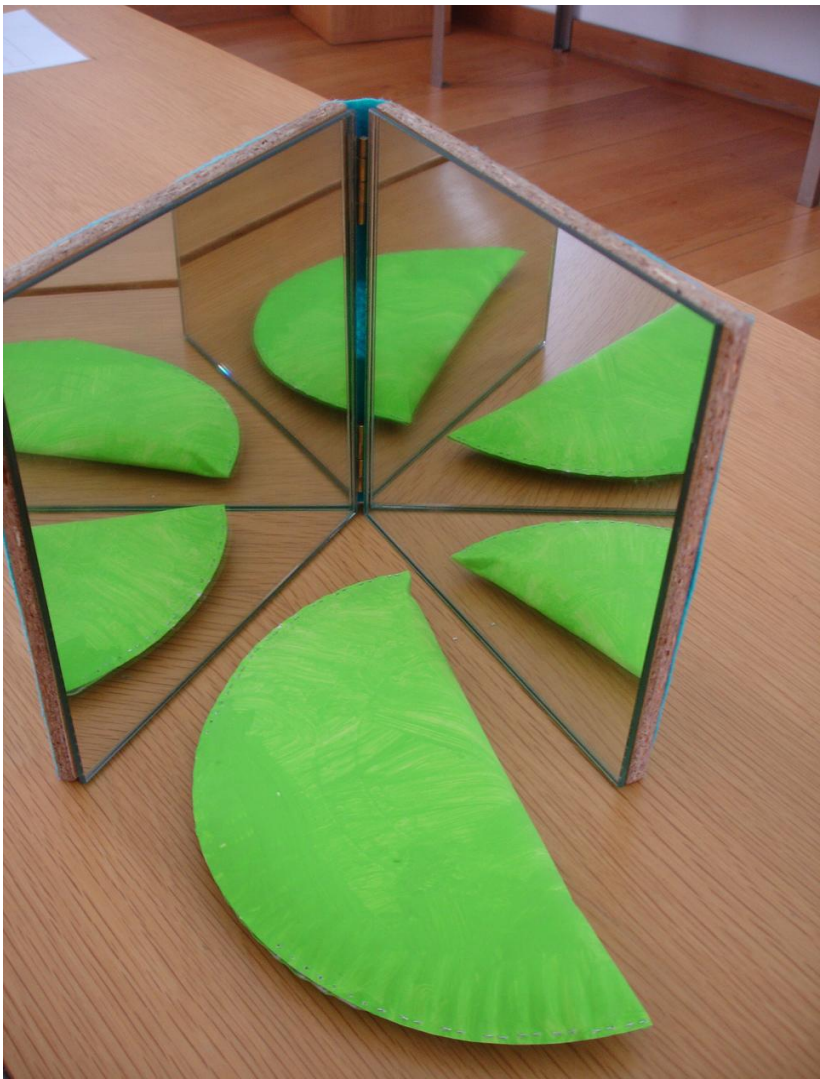
[31] AMP, D-26, documentação notarial diversa, 1596-1866.
[32] SÁ, Isabel dos Guimarães – *Justiça e Misericórdia(s) Devoção, Caridade e Construção do Estado ao tempo de D. Manuel I*. "Penélope". Lisboa: Quetzal Editores, 2003, n.º 29, p.10.
[33] PT/AMPNF/SCMP/D/001/Lv.01, fl.s 44 v-45.

Extensão Educativa 2009

O Arquivo Municipal de Penafiel tem, há vários anos, vindo a desenvolver várias actividades, com as crianças, que visam dar a conhecer o Arquivo divulgando, junto dos mais novos, este espaço cultural. Assim, pretendemos que os mais jovens entendam o que é um Arquivo, qual as suas funções e a importância do mesmo como difusor da informação, uma vez que, quando à 10 anos atrás o Arquivo Municipal começou a desenvolver esta vertente, verificamos que a maior parte da população, nomeadamente as escolas, desconheciam esta instituição e os seus objectivos.

Hoje, cada vez mais, verificamos que todo esse trabalho deu frutos e, que as escolas e as crianças, sabem o que é o Arquivo e quais as suas funções, aprendendo, assim, a respeitar os documentos, a informação, a memória escrita e a importância da informação escrita como prova.

Neste âmbito, o Arquivo Municipal, no último ano, organizou nas suas instalações, várias visitas de estudo dirigidas às crianças do pré-primário, 1.º e 2.º Ciclos, bem como aos cursos de formação levados a cabo pela Inforfiel, Penafiel Activa, Filomarketing, Escola Secundária de Vilela, Unicenter, Escola Secundária Joaquim de Araújo. Durante o mês de Novembro, contamos ainda com alguns jardins-de-infância que participaram nos ateliers de S. Martinho (bijuteria de Outono e Aldeia do Outono). O conjunto destas actividades trouxeram, ao Arquivo, 356 crianças e adultos. De salientar, nestas visitas, a assiduidade dos



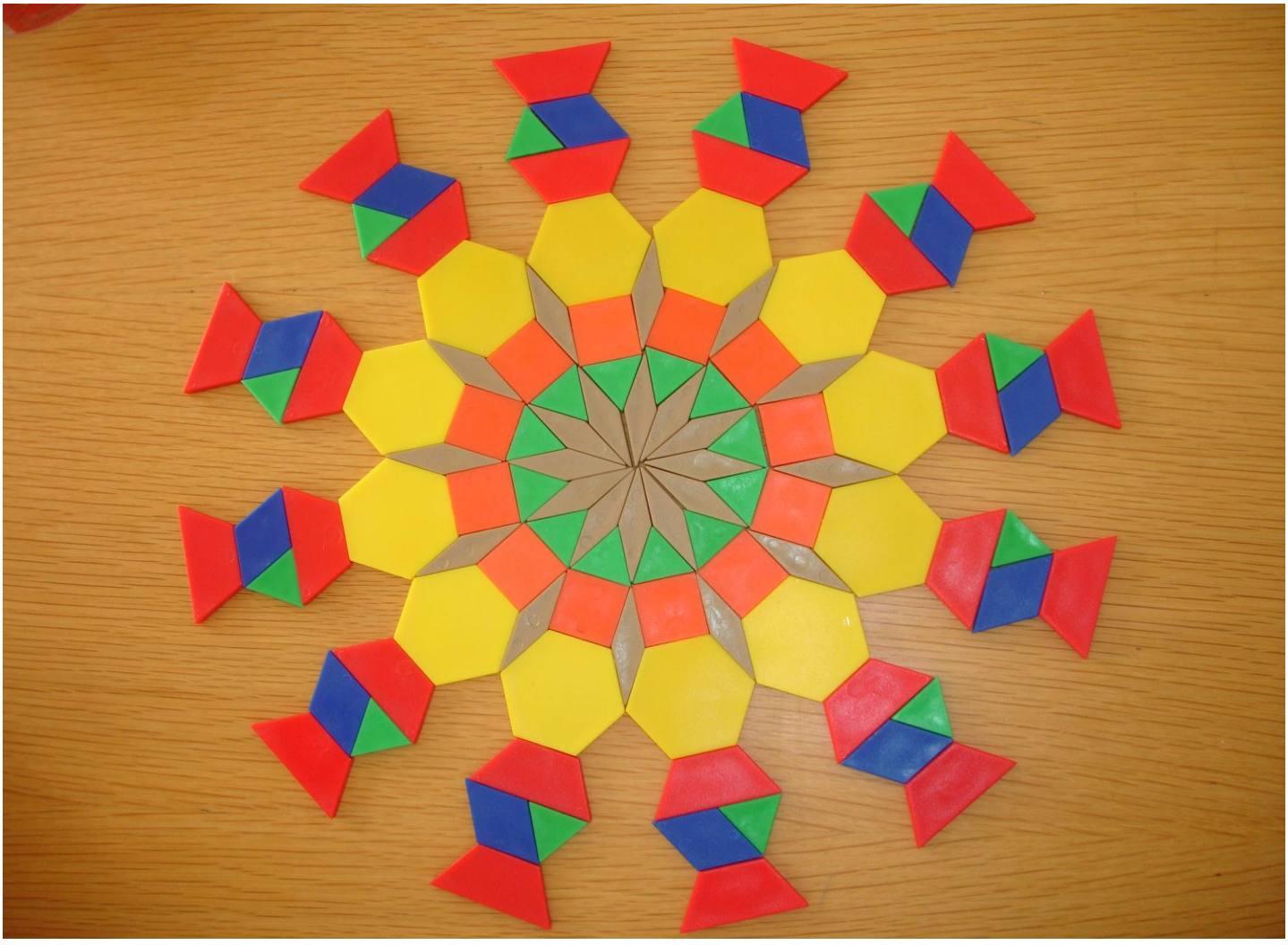
jardins-de-infância, que continuam a ser as instituições educativas que mais crianças trazem ao Arquivo, seguidos pelas escolas básicas do 1.º ciclo e, em 3.º lugar, pelas escolas profissionais, com jovens dos cursos de Técnicas Administrativas e de Secretariado.

Paralelamente a estas visitas e actividades, o Arquivo, em colaboração com os Amigos do Arquivo de Penafiel, organizou o Atelier de Carnaval, em que as crianças deram asas à sua imaginação criando máscaras e disfarces carnavalescos. Neste atelier participaram 8 crianças. No Atelier da Páscoa, as crianças elaboraram as tradicionais prendas para a madrinha, fizeram um folar, bem como a elaboração de postais e outros elementos decorativos alusivos à quadra. Durante as férias de Verão, realizaram-se vários ateliers entre os quais: "Curso de Culinária"; "Introdução à Fotografia"; "Introdução à Informática; "À descoberta da cidade"; "Curso de Arqmática"; "À descoberta das profissões: o engenheiro e o arquitecto"; "Atelier de pintura".

Alguns destes cursos foram de uma semana, outros de duas. Uns decorreram da parte da manhã, outros da parte da tarde, e trouxeram ao Arquivo cerca de 35 crianças dos 4 aos 12 anos.

Nas férias da Páscoa, Verão e Natal funcionou o Clube da Arqmática, dirigido a crianças dos 5 aos 11 anos. As crianças, com esta actividade, exercitaram e desenvolveram o espírito crítico, a criatividade, a auto-confiança e o raciocínio lógico, desenvolvendo o gosto pelas actividades experimentais que criam formas de aprender pela experiência. Esta actividade contou com a presença de 10 crianças, bem como de alunos da Universidade Sénior de Penafiel que interagiram com as crianças, ajudando-as nas diversas actividades.
De salientar que o Clube da Arqmática é levado a cabo por uma professora, sócia da Associação dos Amigos do Arquivo de Penafiel, e que voluntariamente tem dispendido, algum do seu tempo, com esta actividade que tem vindo a ser levada a cabo há mais de um ano.

De louvar este voluntariado cultural, que se tem demonstrado tão útil, e aproveitamos para solicitar que mais associados se juntem a nós, nos tempos livres, para, desta forma, darem a conhecer a sua actividade ou formação académica interligando-a com os objectivos do Arquivo, para que, no próximo ano de 2010, se continue a trazer as crianças ao Arquivo e a levar o Arquivo às crianças.



Cores de Outono

Workshop de Fotografia
"Cores de Outono"

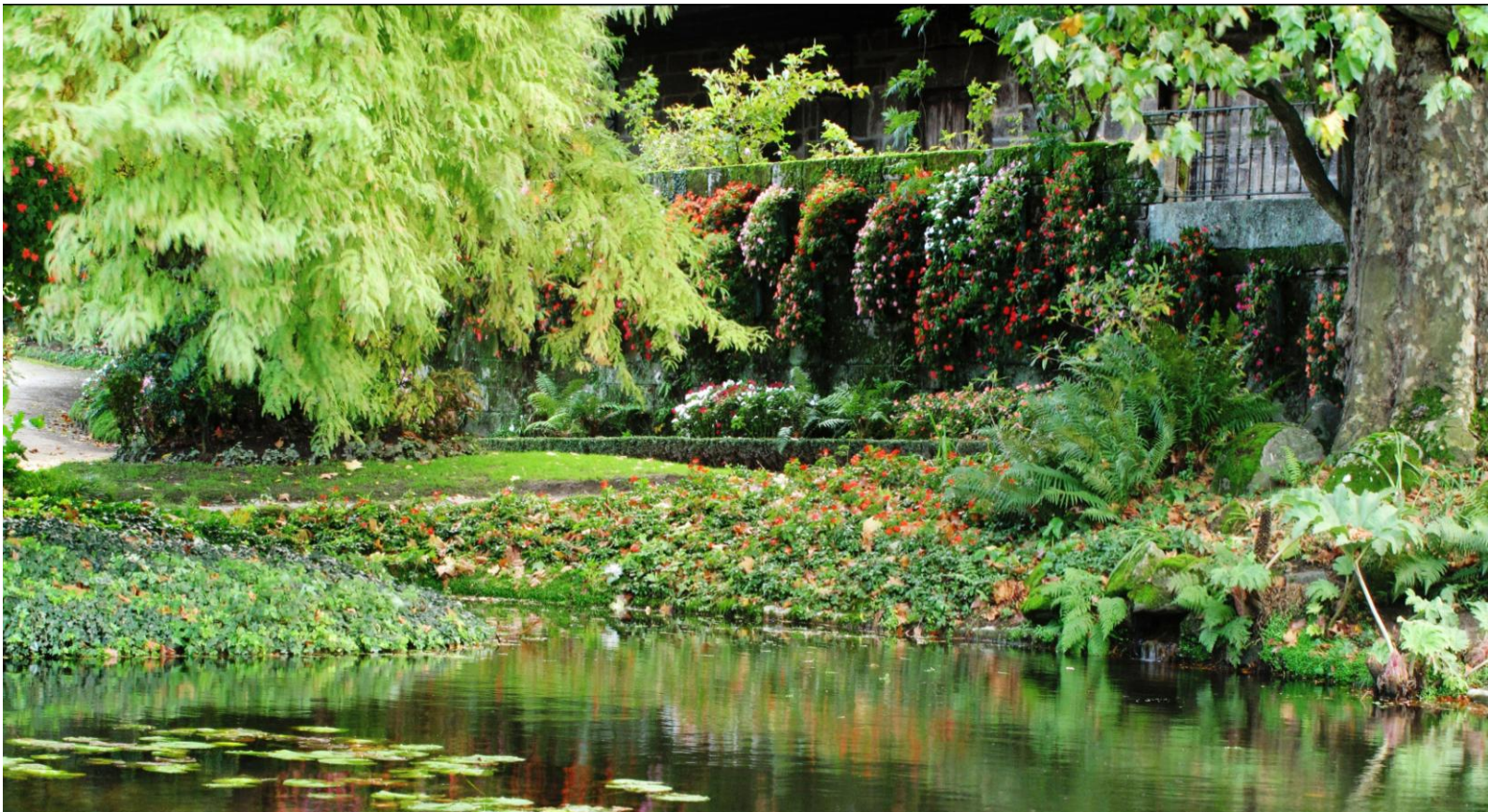
A 5, 7 e 10 de Novembro, o Arquivo Municipal juntamente com a Associação de Amigos do Arquivo levaram a efeito o Workshop de Fotografia "Cores de Outono". Este Workshop foi composto por três momentos distintos:

No dia 5 de Novembro foi feita uma sessão de introdução onde os participantes tomaram conhecimento da história da Quinta da Aveleda, tendo sido feita, também, uma breve abordagem sobre as técnicas de fotografia.

No dia 7 de Novembro, o grupo encontrou-se na Quinta da Aveleda onde lhes foi entregue um guia da quinta com os principais percursos, seguiu-se a visita durante a qual foram captadas várias imagens diferenciadas, apenas com a mesma intenção, as cores de Outono.

Desta forma, cada participante deixou-se levar pelo romantismo do lugar, pelos recantos bucólicos seculares e sentindo cada espaço, registou a sua forma de interpretar o tema "Cores de Outono". Para este efeito contaram com a importante ajuda e com os conselhos experientes do monitor, Dr. Manuel Araújo.

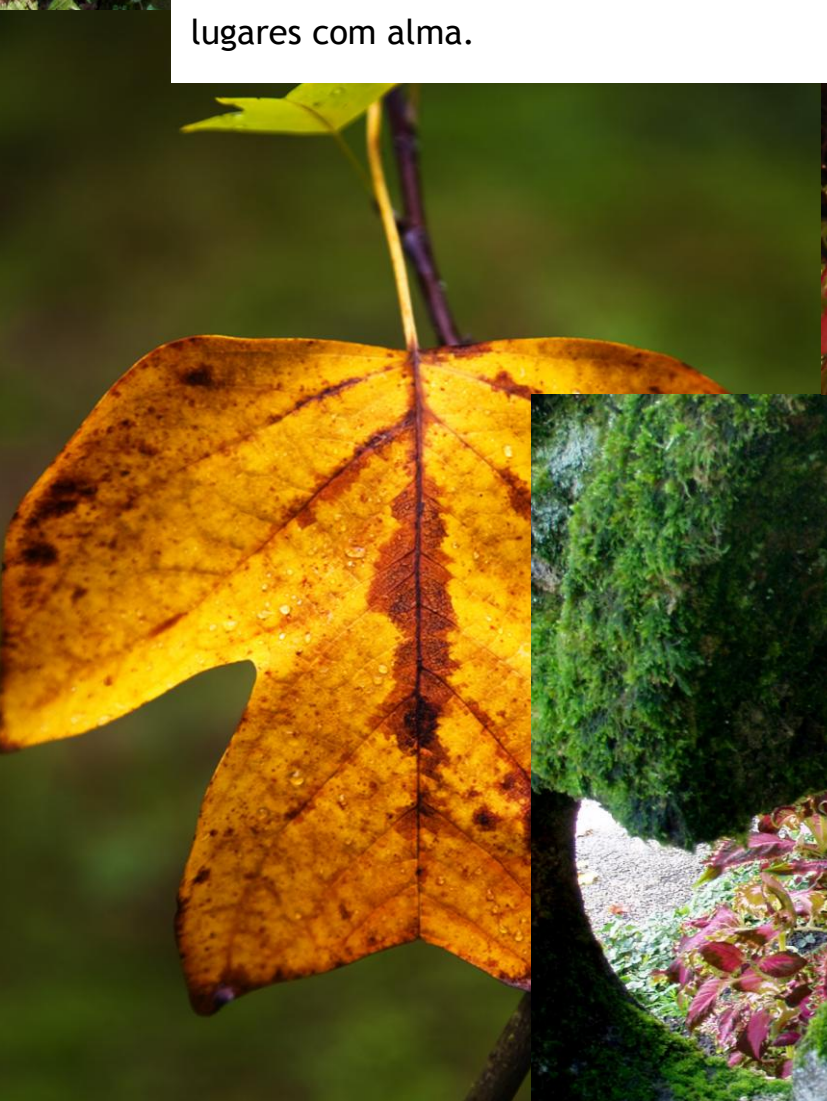
Durante a manhã, foi oferecido gentilmente pela Quinta da Aveleda uma prova de vinhos e queijos.

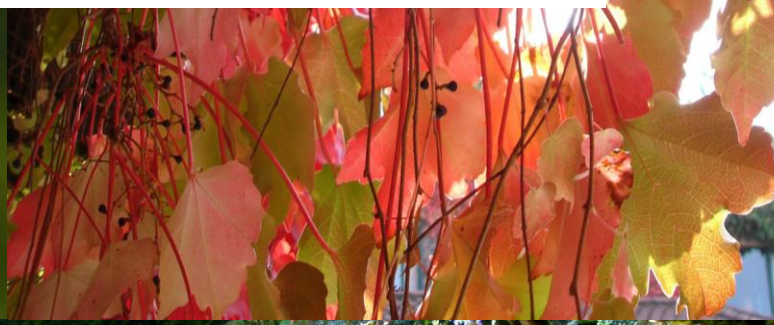


10 de Novembro – O grupo voltou a encontrar-se e após uma selecção prévia das imagens recolhidas as mesmas foram analisadas e comentadas pelo professor e colegas.

Deste trabalho, resultará uma exposição que estará patente entre os meses de Janeiro e Março, no Arquivo.

Mais uma vez, o tempo não ajudou a descobrir todos os recantos e encantos, desta quinta verdejante, que fica numa das entradas desta cidade, Quinta esta que, pela sua importância, quer actual quer secular, marcou a vida penafidelense, sendo um dos ex-libris da cidade de imperiosa visita, mas deste dia resultaram várias imagens, belíssimas, que guardam milhares de cores, cheiros, vivências, brisas e suspiros de que são feitos os lugares com alma.





Penafiel: A Revolução Liberal e o Poder Municipal

(Continuação do número anterior)

A "Convenção de Évora Monte", assinada em Maio de 1834, marca o fim de um longo período de guerra civil e consagra definitivamente o triunfo do movimento liberal iniciado com a Revolução de 1820.

O novo poder, legitimado pela vitória militar, tentou desenhar, pela primeira vez e ainda em pleno conflito, um sistema económico e social moderno, que se fez acompanhar de uma moldura institucional de enquadramento no âmbito da legalidade deste segundo período liberal.

A inevitável transformação começaria, em 1830, com a publicação dos Decretos de 26 e 27 de Novembro, mas é sobretudo com Decreto n.º 23, de 16 de Maio de 1832, de Mouzinho da Silveira, publicado ainda durante a regência sedeada nos Açores, com aplicação finda a guerra civil, que se dá então início à reforma administrativa liberal, decreto omisso quanto à divisão do território.

Mouzinho, cuja obra consiste essencialmente no instrumento jurídico da revolução individualista e liberal, mantém praticamente o mesmo número de concelhos herdados do Antigo Regime e constituiu uma divisão político-administrativa a três níveis: as províncias, comarcas, e concelhos, tendo à frente de cada província um prefeito, na chefia das comarcas um sub-prefeito e em cada concelho um provedor, ao qual competia uma série de funções, que exercia paralelamente e em liderança com a câmara municipal.

Mouzinho instaurou uma administração local centralista e hierarquizada criando uma nova cultura política, com um controlo efectivo do território nacional.

As câmaras municipais tinham como atribuição fundamental: fazer a repartição do recrutamento e das contribuições directas dentro dos limites dos concelhos; repartir os encargos do concelho; lançar fintas e derramas para complemento das despesas do concelho sempre que não chegassem as rendas; formar listas dos Jurados; receber anualmente do provedor as contas de todos os rendimentos do concelho por ele administrados e obrigatoriamente por ele apresentadas; votar sobre a necessidade de se intentar sobre algum pleito de interesse para o concelho; votar as compras, vendas e

aforamentos bem como quaisquer outras transacções relativas a bens do concelho; fazer com a sanção do provedor e nos limites da Lei, posturas, para o bom funcionamento da terra, e outras.

Não será o decreto de Mouzinho da Silveira a regulamentar as primeiras eleições da era liberal, mas sim o Decreto de 9 de Janeiro de 1834, elaborado a partir de um projecto sobre o mesmo assunto, aprovado pelas Cortes em 1827, pois era considerada inviável a execução do Decreto n.º 23, de 16 de Maio de 1832, enquanto se não procedesse à nova divisão do território, pelo que determinava a eleição de câmaras municipais, cujo mandato duraria até à reorganização territorial dos concelhos.

O Decreto de 9 de Janeiro de 1834 consolidou e assegurou de maneira definitiva o regime liberal nos concelhos, ao regulamentar as primeiras eleições municipais desde 1822, e reposicionou o sufrágio directo como método de apuramento dos edis. Mas, ao estabelecer critérios censitários para a definição dos eleitores e elegíveis, cria, à partida, a primeira grande desigualdade.

Este decreto deu o enquadramento às primeiras eleições realizadas após o triunfo do liberalismo, realizadas em 5 de Outubro de 1834, concedendo o direito de serem eleitores e/ou elegíveis a todos os cidadãos, maiores de 25 anos, que estivessem no gozo dos seus direitos civis e políticos e que detivessem um rendimento líquido anual de 100$000 réis provenientes de bens de raiz, industria, emprego e comércio.

Na sequência das eleições municipais de 5 de Outubro de 1834, foram eleitos vereadores da Câmara de Penafiel, António de Almeida, nomeado presidente, Zeferino Máximo da Silva Pereira, nomeado fiscal, José Moreira da Fonseca Freire de Aragão, Joaquim Teixeira de Queirós, José Rodrigues Ferreira, Bernardo José da Costa Guimarães e Nuno António Pinto de Moura.

As primeiras eleições deste segundo ciclo do período liberal são o início de um percurso legislativo do Estado Liberal, marcado por algumas inflexões, materializadas nos Códigos Administrativos de 1836 e 1842.

António Pinto do Fundo

Bibliografia:

- A.M.P., CMPNF/B/A-001, Lv. 14, 1827-1837, *Livro de registo dos actos da Câmara*, 14 de Outubro de 1834, fls. 196v-197v.
- *Colecção Oficial de Legislação Portuguesa*. Lisboa: Na Imprensa Nacional, 1830, Decretos de 26 e 27 de Novembro de 1830.
- *Colecção Oficial de Legislação Portuguesa Ano de 1832*. Lisboa: Na Imprensa Nacional, 1832, Decreto n.º 23, 16 de Maio de 1832, art.º 1.º.
- *Colecção de Decretos e Regulamentos mandados publicar por Sua Majestade Imperial o Regente do Reino*. Lisboa: Na Imprensa Nacional, 1835, Decreto de 9 de Janeiro de 1834.
- FUNDO, António José Pinto do - *Elites e finanças: o concelho de Penafiel na reforma liberal (1834-1851)*. Porto: FLUP, edição policopiada, 2009.
- SÁ, Vítor de - "Nota sobre Mouzinho da Silveira". in *Revista História*. Porto: Faculdade de Letras, 1984, série II, vol. 01, pp.203-210.

Arquiconfraria do Santíssimo e Imaculado Coração de Maria

Em 2005 foi assinado um protocolo para tratamento e digitalização da documentação entre a Câmara Municipal de Penafiel e a Arquiconfraria, protocolo esse que visava o tratamento arquivístico do espólio, do qual consta a higienização, bem como pequenas intervenções de restauro, classificação, ordenação, descrição e digitalização do fundo documental.

De acordo com alguns documentos, inicialmente, a Arquiconfraria tinha a sua sede na Igreja do Calvário e o seu arquivo encontrava-se num armário, na sala do despacho, daquela Igreja.

Em 1856, a Arquiconfraria é transferida para a Igreja do Recolhimento de Nossa Senhora da Conceição, bem como toda a sua documentação.

Aquando da incorporação no Arquivo Municipal para tratamento, a documentação encontrava-se num armário, na sala de reuniões da Arquiconfraria, para onde regressará devidamente acondicionada.

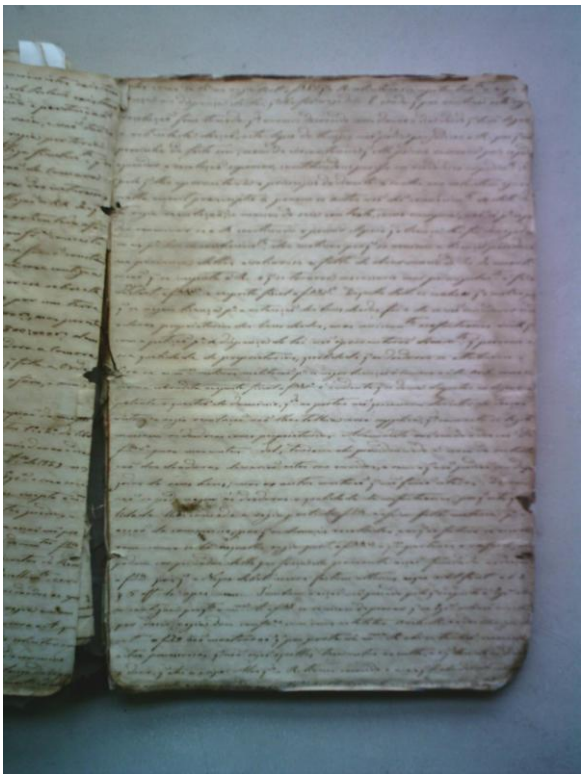
Após a análise e um estudo aprofundado dos seus documentos, verificamos que na sua maioria o critério organizacional era o cronológico, no entanto, nalgumas séries, nomeadamente "Rol de Irmãos" e "Anuários de Irmãos", o registo da informação encontra-se também separado por freguesias.

Posteriormente, procedeu-se à elaboração do quadro de classificação, optando-se por ser este orgânico funcional, feito à posteriori, uma vez que a documentação não possuía qualquer ordem, e só depois de uma análise da documentação, nomeadamente das actas e dos estatutos, tentamos reproduzir ao máximo a orgânica da instituição.

Foram criadas cinco secções: **Organização e Regulamentação** (com as séries: Estatutos, Actas, Cartas Régias, …); **Expediente** (com as séries: Correspondência recebida e expedida, …); **Contabilidade e Património** (com as séries: Receita e Despesa, Orçamentos, Inventários, …); **Irmãos** (com as séries: Rol de Irmãos, Registo de entradas de Irmãos, Anuários de Irmãos, …); **Culto** (com as séries: Legados e Missas, …). No entanto, convém referir que grande parte das séries se encontram bastante incompletas, com grandes

lacunas temporais. Este fundo está terrivelmente lapidado, a maioria das séries encontram-se incompletas, nomeadamente os estatutos, actas da mesa, actas de eleição.

De seguida, passamos à descrição da documentação ao nível da série, com a excepção do documento composto da secção Organização e Regulamentação, uma vez que este é constituído por vários contratos, petições, sentenças cíveis, transacções, breves, escrituras, requerimentos, cessões e trespasses, declarações, fazendo os documentos na sua maioria parte de todo um processo de transferência da sede da Arquiconfraria para a Igreja do Recolhimento. Assim, e dada a diversidade de documentos, entendemos que seria importante descrever um a um, para uma melhor recuperação da informação, optou-se neste caso por descer no nível de descrição e uma vez que a entidade produtora decidiu organizar este conjunto de documentos num único livro e embora não estejam todos directamente relacionados, nem obedeçam a nenhum critério cronológico, optamos por respeitar a ordem original.



Relativamente ao estado de conservação, a documentação, de um modo geral, encontrava-se em bom estado. As principais patologias apresentadas eram: um ligeiro amarelecimento do papel, algum dele manufacturado, com diferentes marcas de água, manchas de humidade de origem desconhecida, manchas de ferrugem e muita sujidade. Os fólios avulsos apresentavam pequenos rasgões e pequenas lacunas ao longo das margens, bem como vários vincos causados pela forma como estavam acondicionados os documentos.

No entanto, este sistema possui alguns livros em mau estado de conservação, nomeadamente a série de anuários de irmãos, que apresentam encadernações soltas e deterioradas e um deles não possui capa. A série de recibos possui um livro em muito mau estado, grandes manchas de humidade e lacunas na encadernação e primeiros fólios do corpo do livro.

Na fase de tratamento e conservação, procedeu-se à sua higienização por via mecânica (todos os livros foram limpos página a página com pincéis japoneses e aspirador de arquivo, com borracha ralada foram retiradas/atenuadas as manchas de sujidade mais

acentuadas), planificação (de forma a eliminar os vincos e dobras, os documentos foram prensados durante vários dias) e recuperação dos pequenos rasgões (os rasgões foram recuperados com fita livre de ácido reversível, de forma a evitar o aumento dos mesmos ou as consequentes lacunas).

No que se refere ao acondicionamento, procedemos à elaboração de pastas simples em papel porto cavaleiros para os fólios soltos e cadernos, que posteriormente foram colocados juntamente com os livros em caixas livres de ácido.

Deste trabalho resultou o "Inventário do Acervo Documental da Arquiconfraria do Imaculado Coração de Maria", que irá ser lançado até Junho de 2010, na mesma altura os documentos regressarão à sede da Arquiconfraria e o Arquivo fica com a documentação em suporte digital disponível para consulta.

Este fundo possui documentação importante para o estudo do culto Mariano em Penafiel, documentação sobre a passagem da Igreja do Recolhimento para a Arquiconfraria e o desaparecimento das últimas recolhidas, a Arquiconfraria fica na posse da igreja amparando as últimas senhoras. O estudo das actas permitem o conhecimento do estado de decadência da igreja, claustros e dormitórios na época e a forma como os confrades da Confraria tentaram reabilita-la. Através dos livros de entrada de irmãos é possível perceber os estratos sociais que faziam parte desta irmandade, se era composta por homens ou mulheres.

Desta forma, é muito importante a salvaguarda dos arquivos das irmandades e confrarias, porque testemunham, mais do que a história, elas são a voz da assistência, caridade, festividades e culto de toda a época medieval e moderna. Grande parte destes arquivos encontram-se em grande risco de se perderem totalmente, guardados em locais com pouca segurança e em condições adversas para a sua integridade física, a necessitar urgentemente de tratamento, limpos e salvaguardados. Cabe aos municípios onde pertencem e aos irmãos e juízes destas confrarias, a coragem para os retirarem dos armários e baús, porque esta é também uma forma de respeitarem a sua história e de se auto valorizarem. Não se pode respeitar ou engrandecer o que não se conhece. Não se pode conhecer o futuro, se não se conhecer e valorizar o passado.

"Em tempo de recessão económica, as organizações precisam, mais do que nunca, de informação de qualidade"[1]

Retirei esta frase de um título de um artigo de uma revista que leio assiduamente e, de facto, não poderia estar mais de acordo.

Informação de qualidade sempre foi algo importante na gestão das organizações, ou pelo menos deveria ser. Mas, mais do que nunca, atravessamos momentos em que essa necessidade se faz sentir com mais premência. A informação é um dos recursos mais importantes a gerir em qualquer organização, tal como o são os recursos financeiros e humanos.

A verdade é que quem possui informação actualizada e fidedigna, tratada e organizada, facilmente recuperável e acessível em qualquer lugar e momento, encontra-se, certamente, numa posição mais competitiva e vantajosa sobre aqueles (entidades individuais e colectivas) que não asseguram um tratamento cuidado e controlado deste recurso tão importante, como é a informação. Para além disso, uma gestão eficaz e eficiente dos recursos permitirá evitar desperdícios a todos os níveis e aumentar, assim, o nível de qualidade da gestão e dos consequentes resultados. O sentimento mais comum, entre aqueles que têm um papel de decisão nas organizações e não possuem informação fiável que lhes dê segurança na hora da decisão, é, certamente, de desespero e angústia. Até nas decisões mais simples e básicas no nosso dia-a-dia, nós sentimos necessidade de ter um sistema de informação integrado e disponível, seja para obter o registo de assiduidade de um colaborador, seja para obter o valor de investimento feito em obras de cada freguesia do concelho, seja para obter estatísticas de acessos ao nosso web site, seja para verificar os pagamentos efectuados dos transportes escolares, entre muitos outros exemplos. O tratamento, organização e recuperação da informação têm de ser assegurados. A gestão da informação deve, neste sentido, ser encarada como uma área prioritária da organização, dado que ela é transversal à mesma e tem implicações em todos os níveis funcionais. Se, de facto, as autarquias locais, e permitam-me esta referência particular, querem prestar um verdadeiro serviço público de qualidade, devem enveredar por este caminho, gerindo a informação - este recurso tão poderoso - que circula em toda a sua estrutura, definindo um circuito desburocratizado e célere, e assegurando a sua preservação e acesso a longo prazo.

Susana Oliveira

[1] Dâmaso, Luísa. Revista Semana Informática nº 963. Página 6.

Jose Cad.e de Mag.s de S.ta Ant.a Dr.o Cabral

116

Conhece um documento...

Termo por onde se asentou se fizesem preces, e Procisão na forma abaixo declaradas.

Em Meza de que fazendo estaua o actual Provedor Vicente de Lima Barreto, com os mais consilheiros de Meza abaixo assignados, ahi tendo em consideração o triste estado em que se achaua este Reino de Portugal, e a Ruina que lhe amiaçava o Exercito Francez, e que so DEOS podia valernos, se asentou que na Igreja desta Santa Caza se fizesem insensantes Preces a DEOS Nosso Senhor para nos defender do perigo, conduzindose para isso em Porcição a Imagem do Senhor do Hosp.al da Nossa a demenistração para se colucar e expor na Capela Mór desta mesma Santa Caza, á veneração e devoção dos fieis, e que da mesma Sorte não duvidavão antes consentião que viesse igualmente em Porcissão a Imagem do Senhor dos Passos da Confraria da mesmos desta Cidade, bem como a Imagem da Senhora

Termo por onde se asentou se fizecem preces, e Procisão na forma abaixo declaradas.

Em Meza de que fazendo estava o actual Provedor Vicente de Lima Barreto com os mais consilheiros de Meza abaixo asignados, ahi tendo em consideração, o triste estado em que se achava este Reino de Portugal, e a ruína que lhe amiaçava o Exercito Francez, e que so Deos podia valernos, se asentou que na Igreja desta Santa Caza se fizesem insensantes Preces a Deos Nosso Senhor para nos defender do perigo, conduzindose para isso em Porcição a Imagem do Senhor do Hospital da nossa ademenistração para se colucar e expor na Capela Mor desta mesma Santa Caza, á veneração e devoção dos fieis, e que da mesma sorte não. Duvidavão antes consentião que viesse igualmente em Porcissão a Imagem do Senhor dos Passos da Confraria da mesmos desta cidade, bem como a Imagem da Senhora das Dores da mesma Capela do Nosso Hospital: sendo as ditas preces prencepiadas logo e continuadas emquanto durar o perigo fazendose igual mente no fim hua Procissão pelas ruas desta Cidade por onde custumão hir as mais Prociçoins Solenes , devendo fazerem-se as preces com expozição do Sacramento tamsomente na banqueta à porta do sacrario com as luzes percizas e decentes, bem como em as Prociçoins; na ultima das quais poderão hir todas as Imagens que os devotos fieis quizerem tanto desta Santa Caza, como das mais Igrejas e Capelas desta Cidade, havendo no fim algum Sermão por conta desta Santa Caza e nas preces aqueles, que os nossos capelains, e outros pios e devotos Pregadores quizerem fazer de que de tudo mandamos fazer este que asignarão comigo Antonio Joaquim de Carvalho Cartorario desta Santa Caza que a escrevi:

E eu Simão Nunes de Carvalho escrivão desta Santa Caza a sobre vós asigney

Simão Nunes de Carvalho

Provedor Vicente Lima de Barreto

José Caetano de Magalhães de Souza Borges Bravo Cabral

Jerónimo Ribeiro do Vale

Custódio José Coelho

Henrique José Ribeiro

Sebastião José Pereira

João Ferreira de Sousa

José Joaquim de Magalhães Mendes